



**CARNEIRO & SOUZA**  
advogados associados



conservação de um mesmo e único bem, qual seja o meio ambiente ecologicamente equilibrado, correspondente a um interesse difuso que pertence a todos, indistintamente, assim como às futuras gerações. Para tanto, a CR/1988 atribuiu-lhes o poder de polícia, para que fiscalizem e punam, em âmbito administrativo, as atividades lesivas àquele bem. Todavia, importa considerar que, para fins de tutela ambiental, uma só lesão cometida contra o bem "meio ambiente" não se subdivide institucionalmente conforme a origem do órgão, não sendo razoável a realização de autuações e a aplicação de sanções concomitantes em virtude do mesmo ato infracional.

38. Ou seja, se por um lado inexistente um meio ambiente federal, outro estadual, distrital ou ainda municipal, podendo haver, quando muito, efeitos lesivos que atinjam recursos ambientais integrantes do patrimônio público dos entes federados, ou mesmo que se repercutam em mais de um Município ou em mais de um Estado, regional ou nacionalmente, e, por outro lado, ocorre um só dano ao meio ambiente, decorrente de uma mesma conduta violadora das normas ambientais, há que se concluir que a autuação e conseqüente sanção devem ser únicas, a cargo do ente que tenha primeiro exercido sua competência material, independentemente da procedência do órgão autuante. Admitir o contrário seria consagrar o *bis in idem*, ou seja, a dupla punição pelo mesmo fato, solução contrária ao princípio consagrado na velha parêmia segundo a qual "*bona fides non patitur, tu bis idem exi gatur*", ou seja, a boa-fé não consente que se exija duas vezes a mesma coisa.
39. Demais disso, devemos considerar o fato de que a pretensão punitiva do Estado é uma só e que a política ambiental é una e insusceptível de fragmentação, atuando todos os órgãos ambientais no âmbito e sob a coordenação de um mesmo sistema — o Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA, previsto já embrionariamente no art. 6º da Lei Federal nº 6.938, de 31.08.1981.
40. Somos, pois, forçados a reconhecer que, em matéria de exercício das prerrogativas inerentes à competência comum, prevalece como critério dirimente dos conflitos de atribuição administrativa no uso do poder sancionatório uma espécie de regra da prevenção, implícita ao ordenamento ambiental pátrio, tornando-se preventivo para empenhar o *ius puniendi* aquele órgão ambiental que primeiro tenha posto em ação seu aparato de controle e feito atuar seu poder de polícia.
41. Impede-se, assim, mais do que a mera ocorrência de dupla punição pelo mesmo fato, a própria possibilidade de que um mesmo agente seja, em



**CARNEIRO & SOUZA**  
advogados associados



razão de uma mesma conduta, alvo de persecução administrativa concomitante, estendendo-se, pois, no dizer de JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, a abrangência do princípio do *non bis in idem*, para nele também se incorporar a vedação no sentido de que “...ninguém pode ser processado e punido duas vezes pela mesma infração.”<sup>2</sup>. Em igual sentido, a lição de JUAN CARLOS CASSAGNE no âmbito do direito administrativo argentino, para quem “...una persona no puede ser procesada ni condenada dos veces por un mismo hecho.”<sup>3</sup>

42. Deveras, se a ordem jurídica brasileira não se afeiçoa e repele a idéia de exercício paralelo do poder de polícia por parte de entes federados diversos, com muito mais razão e propriedade não se pode admitir a concomitância na ação administrativa de órgãos ambientais integrantes do mesmo nível de competência material, sendo inconcebível que, e.g., entidades públicas de um mesmo Estado ou Município desempenhem simultaneamente suas prerrogativas em relação a uma mesma atividade ou empreendimento objeto de controle.

43. Como se vê, não nega o recorrente que o Poder Público possa, em suas diferentes esferas, exercer o poder de polícia em matéria ambiental. Só não é admissível, porém, a dupla punição do administrado pelo mesmo fato, mesmo que duas leis distintas prevejam o capitulem como um ato infracional, pois, de qualquer modo, estará ocorrendo o *bis in idem* que, como visto, não pode ser aceito no direito brasileiro.

44. Bem de ver, nesse contexto, que no caso em tela a lavratura preambular do instrumento de autuação por parte do IEF — entidade que integra o Sistema Estadual do Meio Ambiente tanto quanto a FEAM — satisfaz plena e integralmente a pretensão punitiva da Administração Pública do Estado, não se podendo olvidar, ademais, que em Minas Gerais os órgãos ambientais devem atuar de maneira estreitamente articulada, regidos que são pelo Grupo Coordenador de Fiscalização Ambiental Integrada – GCFAI, criado pelo Decreto nº 38.070, de 10.06.1996 e reorganizado pelo Decreto nº 43.374, de 05.06.2003, impondo que o poder de polícia em matéria ambiental seja exercido de maneira harmônica e colaborativa.

45. Importa considerar, ademais, que o Auto de Infração nº 033613-4 – Série A amparou-se nos arts. 3º, 70 e 72 c/c art. 54, § 3º da Lei Federal nº

<sup>2</sup> CRETELLA JÚNIOR, JOSÉ. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO. 2. ED. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2000, P. 759.

<sup>3</sup> CARLOS CASSAGNE, JUAN. LA INTERVENCIÓN ADMINISTRATIVA. 2. ED. BUENOS AIRES: ABELEDO-PEÑOT, 1994, P. 231.



**CARNEIRO & SOUZA**  
advogados associados



9.605/1998, bem como no art. 41 do hoje revogado Decreto Federal nº 3.179, de 21.09.1999, além do art. 3º, III, "c" da Lei Federal nº 6.938/1981, de resto descrevendo como fato constitutivo da irregularidade praticada, a seguinte conduta: *"causar poluição e degradação ambiental, que resultou na mortandade de 10.320 (dez mil trezentos e vinte) quilos de peixes da espécie Pimelodus maculatus (mandi), em pleno período de Piracema, quando do funcionamento de operação da unidade 1 da Usina Hidrelétrica do Funil, no dia 28 de janeiro de 2004"*.

46. Percebe-se, à toda evidência, haver estreita identidade com relação aos fatos e à própria hipótese de incidência que deram fundamento a ambas as autuações estaduais, implicando, destarte, em atenção à regra subjacente ao princípio do *non bis in idem*, a imperiosa necessidade de arquivamento do Auto de Infração nº 526/2004, com isso evitando-se a inconveniência da dupla persecução administrativa perante dois órgãos integrantes da Administração Pública Ambiental do Estado de Minas Gerais.

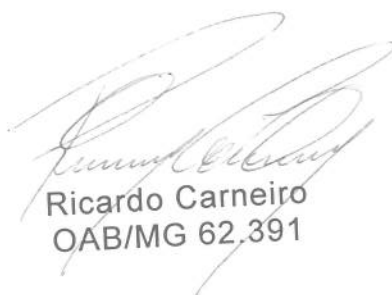
47. *Ad argumentandum tantum*, cumpre ainda ressaltar que na absurda hipótese de ser aplicada ao recorrente qualquer sorte de penalidade pecuniária, há que se lhe reconhecer o direito à redução do valor da multa porventura imposta, face à consideração da circunstância atenuante prevista no art. 68, inciso I, alínea "b" do Decreto nº 44.844/2008.

48. Com efeito, se por algum modo se puder entender que o Consórcio AHE Funil deve ser punido pelos fatos que ensejaram a lavratura do Auto de Infração em referência — algo difícil, como vimos, face às circunstâncias do caso — impende considerar que o recorrente, conforme o demonstram os documentos já anexados na peça de defesa, comunicou prontamente o fato às autoridades ambientais competentes, pelo que se faz necessária a redução da multa em quinze por cento.

49. Pelo exposto, o Consórcio AHE Funil pede a reforma da decisão recorrida, de modo que:

- seja descaracterizado e arquivado o Auto de Infração nº 526/2004, uma vez que o fato constitutivo da infração não lhe pode ser atribuído, dado o caráter subjetivo da responsabilidade administrativa;
- seja descaracterizado e arquivado o Auto de Infração em referência, para se evitar o *bis in idem*, considerando o exercício anterior do poder de polícia por parte do órgão ambiental federal;
- se os pedidos acima não forem acatados, seja reduzida em até um sexto do valor da multa porventura aplicada, reconhecendo a incidência da circunstância atenuante prevista no art. 68, inciso I, alínea "b" do Decreto nº 44.844/2008.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

  
Ricardo Carneiro  
OAB/MG 62.391